



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 30 de novembro de 2011

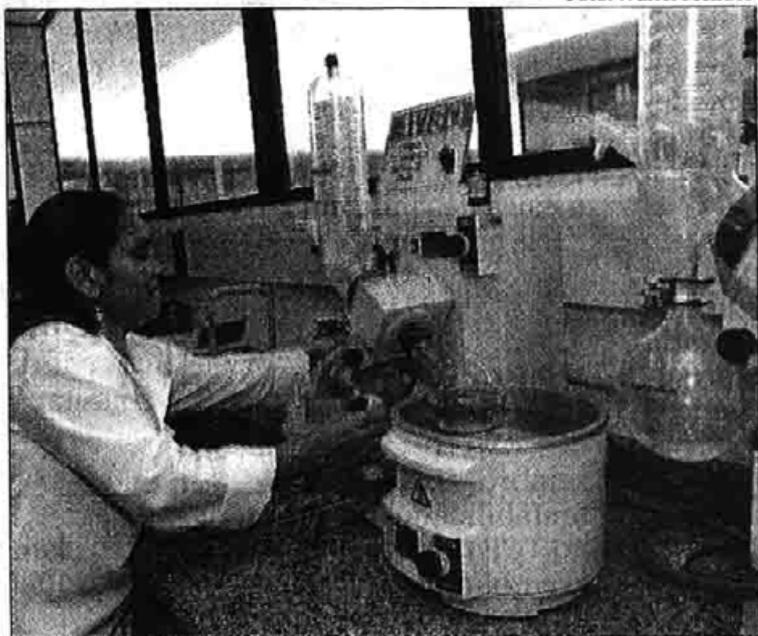
JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA .....	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA .....	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
EDITORIAL .....	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil .....	4
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Alteração no CONFAZ e nas Alíquotas do ICMS .....	5
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
CBA busca autonomia para se estabelecer .....	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CBA busca autonomia para se estabelecer (continuação) .....	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Exportação caem 31,04% no polo amazonense .....	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Música .....	9
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Convergência Digital .....	10
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
LL traz soluções de hardwares e softwares para cidade .....	11
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Apelo à Dilma .....	12
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CT&I .....	13
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
A CRITICA	
Sim & Não .....	14
OPINIÃO	
A CRITICA	
Sobe e Desce .....	15
OPINIÃO	
A CRITICA	
Contra importados .....	16
ECONOMIA	
A CRITICA	
PEC da música .....	17
ECONOMIA	
A CRITICA	
Estratégia .....	18
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
CAPA .....	19
CAPA	

<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Ameaça .....	20
<b>ECONOMIA</b>	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Setor de duas rodas quer redução nas importações .....	21
<b>ECONOMIA</b>	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Setor de duas rodas quer redução nas importações (continuação) .....	22
<b>ECONOMIA</b>	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Políticos e indústrias estão céticos quanto aos investimentos da Foxconn no AM .....	23
<b>ECONOMIA</b>	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> PEC da Música é aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados .....	24
<b>ECONOMIA</b>	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Notificação de Débitos .....	25
<b>ECONOMIA</b>	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Notificação de Débitos .....	26
<b>ECONOMIA</b>	

CAPA

# Autonomia pode tirar CBA da estagnação

Foto: Walter Mendes



*Apontado como um dos maiores "elefantes brancos" do governo federal na ZFM, o CBA precisa de autonomia para romper com a burocracia que impede o pleno desenvolvimento de seu potencial.*

CAPA

# Smart TV poderá trazer prejuízos incalculáveis

*Líderes empresariais temem efeitos da convergência digital se o produto passar a integrar a lista da chamada MP do Bem*

Depois da inserção dos tablets no Programa de Inclusão Digital previsto pela Lei nº 11.196, a proposta do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ao governo federal é de que a chamada Smart TV – televisão integrada - seja o próximo item a compor a Lei do Bem como parte do projeto de convergência digital

brasileiro. Caso se concretize, cerca de 40% da produção da ZFM (setor eletroeletrônico e de bens de informática, em especial a produção de televisores) estaria sob risco. "Se a proposta virar realidade, os prejuízos serão incalculáveis", afirmou o presidente do Cieam, Wilson Périco.

## EDITORIAL

### Senado avança em Balanço Social que Aleam não aprovou

**A** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal aprovou ontem (29) texto substitutivo da senadora Ana Amélia (PP-RS) ao projeto de lei PLS 224/2007, de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que institui o Balanço Social Empresarial

obrigatório para as empresas no país. A luta pela implantação legal no Brasil do Balanço Social nas empresas tem seu nascedouro no Conselho Federal de Contabilidade, que já normatiza o balanço, porém não pode torná-lo obrigatório, o que só ocorre por força de lei. Trata-se de um instrumento importantíssimo na regulação e fiscalização da aplicação de recursos nas áreas social e ambiental.

No ano de 2009, a então deputada estadual Therezinha Ruíz (DEM) apresentou projeto semelhante à Assembleia Legislativa introduzindo, porém, um avanço significativo na questão ambiental. O PL do Balanço

Social e Ambiental tramitou na casa sem despertar interesse dos demais deputados e acabou não sendo aprovado.

Especificamente para o Estado do Amazonas e a Zona Franca de Manaus seria ele de fundamental importância como instrumento de avaliação e fiscalização dos recursos aplicados anualmente em atividades sociais e ambientais, hoje muito vulneráveis a desvios de finalidade e má aplicação.

Quem sabe o exemplo do Senado Federal não incentive a retomada desse projeto que teria transformado o Amazonas em Estado pioneiro na questão.

## Frente & Perfil

### INCLUSÃO

Aleam encaminhará nesta semana à presidente Dilma Rousseff e à bancada federal amazonense, Moção de Apelo do deputado Belarmino Lins (PMDB), subscrita pelos outros 23 deputados, solicitando a inclusão dos cinco novos municípios na RMM para efeito dos incentivos fiscais da ZFM.

## Alteração no CONFAZ e nas Alíquotas do ICMS

Raimundo Lopes Filho

Foi aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Projeto de Lei do Senado nº 240/06, alterando a Lei Complementar nº 24/1975, que regulamenta os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos e revogados pelo CONFAZ.

No texto atual, tal concessão dos benefícios fiscais exige a manifestação unânime das Unidades da Federação e a sua revogação pode ser feita

pela vontade de quatro quintos dos representantes presentes, enquanto que, no projeto em tela, a decisão se dará por maioria qualificada de três quintos.

Como se sabe, diversos Estados vêm concedendo incentivos fiscais unilateralmente, à margem da LC nº 24/75. Em junho deste ano o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou 14 Ações Diretas de Inconstitucionalidade impetradas,

declarando a ilegalidade dos benefícios concedidos a revelia do CONFAZ. No entanto, nem a decisão unânime tomada pelo STF está sendo suficiente para forçar os governos a suspender a prática condenada.

A insistência dos Estados na guerra fiscal poderá obrigar o STF a editar súmula vinculante para tratar do assunto. Tal possibilidade foi aventada pelo ministro Gilmar Mendes, ao considerar que muitos governos estaduais passaram a editar leis praticamente

idênticas às derrubadas, para tentar renovar os benefícios e atrair investimentos.

Os Estados começaram a se movimentar, no Judiciário, para evitar que sejam obrigados a cobrar das empresas os benefícios fiscais derrubados pelo STF. O pedido é que ela só se aplique daqui para frente. Isso porque, se os Ministros decidirem de forma diferente, o Estado infrator estaria obrigado, tecnicamente, a cobrar das empresas todos os benefícios usufruídos.

Com relação à minirreforma tributária em estudo pelo Governo Federal para simplificar o ICMS através da redução das alíquotas, na visão dos especialistas, tal como as tentativas anteriores desde a Constituição de 1988, não deverá prosperar. Tal medida, se adotada, imporá pesadas perdas, não só a Zona Franca de Manaus, mas, também, aos demais Estados e se-

tores da economia, que poderão ser agravadas pelos reflexos negativos da crise mundial.

A mudança no "quorum" decisório do CONFAZ, proposta no Projeto de Lei 240/06, se aprovada, poderá ser o marco inicial para profundas alterações na estrutura dos incentivos fiscais estaduais, o que, por certo, acarretará a perda de competitividade definitiva do PIM.

RAIMUNDO LOPES FILHO é diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda - [projec@argo.com.br](mailto:projec@argo.com.br)

## CBA busca autonomia para se estabelecer

*Vinculação com a Suframa emperra atividades do centro de biotecnologia em razão da falta de recursos, personalidade jurídica e visão estratégica*

VERÔNICA CRUZ

ESPECIAL PARA O JOC

Responsável por administrar a unidade de pesquisa que há nove anos é apontada como um dos maiores "elefantes brancos" do governo federal na Zona Franca de Manaus, a direção do CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) aposta na autonomia como forma de romper com a burocracia que impede o pleno desenvolvimento de seu potencial. De acordo com coordenador do CBA, Imar César Araújo, a vinculação com a Suframa impede o aporte necessário de investimentos, pelo fato de o orçamento da au-

tarquia estar comprometido, diante do contingenciamento crônico de seus recursos.

"O CBA atualmente precisa de dinheiro e de um modelo de gestão próprio. Nossos governantes precisam entender que o centro é de grande importância para o desenvolvimento da Amazônia e precisa andar com as próprias pernas", disse Araújo.

Segundo a Suframa, desde 1997, quando começou a ser construído, até meados de 2011, os recursos aplicados no CBA superaram o valor de R\$ 91 milhões, dos quais 75,25% pela Suframa, Ministério da Ciência e Tecnologia (13,38%), Ministério do Meio Ambiente (4,52%) e Fapeam (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas) (1,63%) e iniciativa privada (5,22%). Nos últimos 5 anos, somente na reestruturação das instalações do CBA foram gastos R\$ 15 milhões, sendo 75% (R\$ 11 milhões) de recurso da Suframa e o restante, 25% (R\$ 3,75 milhões), pelo Ministério do Meio Ambiente.



Responsáveis pela administração do CBA avaliam que o centro tem potencial para expansão

### Realidade

A fachada branca com vitrais azuis em formato de animais amazônicos, localizada no Distrito Industrial de Manaus, esconde 20 mil metros quadrados de salas, algumas ainda subutilizadas. Somente 32 estão funcionando, o

*"O CBA atualmente precisa de dinheiro e de um modelo de gestão próprio. Nossos governantes precisam entender que o centro é de grande importância para o desenvolvimento da Amazônia e precisa andar com as próprias pernas", disse Imar Araújo, coordenador do CBA*

que corresponde a laboratórios, unidades de apoio tecnológico e áreas administrativas, que contam com 136 funcionários entre especialistas, mestres e doutores.

Na semana passada, o CBA voltou à mídia após a visita de parlamentares que participaram do 2º Encontro do Parlamento Amazônico. Os parlamentares visitaram os 35 laboratórios da instituição e lamentaram que por falta de um maior aporte de recursos e de uma mão de obra mais efetiva não estão sendo utilizados de acordo com as expectativas do projeto original.

Para o deputado estadual José Ricardo (PT), a situação chega a ser preocupante. "É necessário que os ministérios envolvidos com o CBA e o governo federal definam quais são os segmentos que o centro vai atender, quais são as pesquisas e como serão feitas para poder avançar e dar continuidade nos trabalhos, caso contrário não se vai conseguir recursos para investimento no CBA nem dentro e nem fora do país", explicou.

## CBA busca autonomia para se estabelecer (continuação)

### *Potencial para ser referência em pesquisas na Região Norte*

De acordo com especialistas, o CBA tem capacidade para muito mais, uma vez que está sendo estruturado para ser um centro de referência de pesquisas científicas da Região Norte. "São nesses laboratórios, quando estiverem funcionando, onde será explorado o verdadeiro potencial da floresta Amazônica na questão de biotecnologia",

ressalta o biólogo paulista e professor da USP (Universidade de São Paulo), João Bosco Azevedo.

Para o biólogo, o Amazonas deve e tem que avançar em relação à qualidade dos cursos de formação de cientistas. Segundo João Bosco, apenas metade da capacidade estimada de funcionários trabalham atualmente no CBA, sendo

que a maioria dos profissionais são bolsistas. "Não é à toa que o centro já está ficando conhecido em Manaus e redondezas como o 'elefante branco', regionalizando 'anta branca'", disse João.

O biólogo diz que é muito tímido o número de pesquisadores no Estado. Ele diz que o campus da Universidade de São Paulo, em

Ribeirão Preto, tem mais pesquisadores do que todo o Amazonas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo ele, tem mais que o dobro, já a Universidade de São Paulo tem o triplo de pesquisadores e doutores de toda a Amazônia. "A falta de pesquisadores aqui é agravada pela baixa qualidade dos cursos de mestrado e doutorado

das universidades amazônicas", finaliza.

O superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa, Elilde Menezes, avalia que o CBA está apto à exploração plena dos ativos da biodiversidade amazônica. Para ele, o centro conta com recursos qualificados e uma estrutura físico-tecnológica que

representa o maior complexo laboratorial da Região Norte destinado à inovação em produtos e processos ligados a biodiversidade. "Coube a Suframa as instalações físicas e a elaboração do projeto estruturante para a instalação do centro, e isso já está pronto. Agora é só torná-lo uma empresa pública e dar continuidade aos trabalhos", explicou.

## Exportação caem 31,04% no polo amazonense

*Crise internacional potencializou a tendência do modelo em não priorizar o mercado mundial como foco principal da produção local*

Por LAÍS MOTTA

ESPECIAL PARA O JOC

A exportação dos produtos do PIM (Polo Industrial de Manaus) acumulam queda de -31,04% até setembro de 2011, mostrando reflexo da crise internacional nas vendas externas do modelo. A queda também é evidenciada se comparado com o período de janeiro a setembro de 2010, quando a movimentação de exportação com os produtos do PIM chegou a R\$ 1.430.129.538. Até setembro de 2011, os indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) mostram um valor de R\$ 986.228.507.

Os números de janeiro a setembro mostram que houve oscilação nos ganhos com a exportação. Em junho deste ano, a movimen-

tação foi de mais de R\$ 138 milhões. Já em abril, foi de pouco mais de R\$ 76 milhões. Segundo o economista José Alberto Machado, os fatores responsáveis pela queda são a crise do mercado internacional e a falta de uma política voltada à exportação. Para o economista, o mercado está restrito, principalmente para os Estados Unidos e para os países da Europa.

Apesar de a crise afetar grande parte da economia mundial, José Alberto

acredita que a falta de uma política voltada à exportação é o fator responsável por essa acentuada baixa. "Nosso modelo (Zona Franca de Manaus) nunca foi um modelo voltado principalmente à exportação. A preocupação é que não temos política com esse propósito", afirma o economista. Ele também explica que as empresas instaladas no Amazonas direcionam suas vendas para o mercado doméstico no resto do Brasil e que o consumo nesses Es-

tados vêm crescendo.

Para o economista, a participação da exportação no faturamento do Estado vêm caindo ano após ano. "Em 2003, a exportação representou 11,63% do faturamento. Em 2005, 10,56% e em 2008, 4,7%. Para esse ano a previsão é de apenas 2%", disse José Alberto. O deputado do PT e membro da Comissão de Indústria, Comércio Exterior e Mercosul da Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas), José Ricardo,

também afirma que a exportação nunca foi o foco principal do PIM. Ele resalta que as empresas do Polo Industrial importam componentes e insumos de outros países como a China, com valores mais baratos. "Nunca vamos superar a realidade com esses produtos que são produzidos atualmente. O ideal seria desenvolver produtos e insumos com a tecnologia local", disse o petista.

José Alberto Machado explica que a queda da exportação causa um déficit na balança comercial amazonense. Os valores só aumentam. Em 2002, o

deficit foi de R\$ 2 bilhões. Nesse ano se estima que chegue a R\$ 10,5 bilhões. Para o economista, a consequência é uma balança comercial escandalosa. Outros indicadores - De acordo com o índice das exportações brasileiras medido pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), o Amazonas apresentou queda de 21,29%, no período de janeiro a setembro de 2011 se comparado ao mesmo período do ano passado. Segundo o MDIC, a balança comercial nos primeiros dez meses de 2011 mostra um déficit de US\$ 10.166 bilhões.

### Opinião

"Nunca vamos superar a realidade com esses produtos que são produzidos atualmente. O ideal seria desenvolver produtos e insumos com a tecnologia local".

José Ricardo,  
Deputado estadual

### Por dentro

#### Realidades distintas

Enquanto o Amazonas sofreu queda, a região Norte apresentou crescimento de 42,76% no comparativo do período de janeiro a setembro de 2011 com o ano passado, de acordo com os dados do Mdic.

## Música

### *PEC que traz ameaça à ZFM tem aprovação na Câmara*

A Câmara dos Deputados aprovou, há pouco, em primeiro turno, a PEC (proposta de emenda à Constituição) que concede imunidade tributária a CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. Foram 395 votos favoráveis, 21 contrários e 4 abstenções. De autoria do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), a proposta visa a baixar os preços das produções musicais no país, com a imunidade tributária prevista na PEC.

Otávio Leite estima que os preços dos CDs e DVDs podem cair em pelo menos 25 % com a entrada em vigor do novo dispositivo constitucional.

“Sem impostos, a música será comercializada de forma mais barata e legal”. Ainda de acordo com o autor da PEC, com a imunidade tributária, o músico iniciante terá muito mais condições de entrar no mercado.

O texto do relator, deputado José Otávio germano (PP-RS), prevê que a imunidade tributária não valerá para a etapa de reprodução industrial dos CDs e DVDs, preservando, assim, as fábricas da Zona Franca de Manaus. A PEC precisa ainda ser aprovada, em segundo turno pelos deputados, para então ser encaminhada à apreciação do Senado Federal.

## Convergência Digital

# Inclusão da smart TV em Lei do Bem ameaça ZFM

*Representantes do polo amazense avaliam que medida proposta pelo Ipea pode trazer prejuízos incalculáveis ao Estado*

POR JULIANA GERALDO

Depois da inserção dos tablets no Programa de Inclusão Digital previsto pela Lei nº 11.196, a proposta do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ao governo federal é de que a chamada Smart TV – televisão integrada – seja o próximo item a compor a Lei do Bem como parte do projeto de convergência digital brasileiro. Caso se concretize, cerca de 40% da produção da ZFM (setor eletroeletrônico e de bens de informática, em especial a produção de televisores) está sob risco, conforme alertam representantes da indústria entrevistados pelo *Jornal do Comércio*.

De acordo com o relatório do órgão, por permitir o acesso à internet, a Smart TV deve ter direito a benefícios fiscais como isenção de PIS/COFINS, podendo ser fabricado em qualquer localidade do país que ofereça as condições necessárias. A sugestão é que o incentivo fiscal seja regulado pela funcionalidade do equipamento, e não por sua tecnologia e que qualquer aparelho criado para permitir o acesso à internet seja beneficiado com redução nas alíquotas de impostos, especialmente

se for voltado para as classes de baixa renda.

“O objetivo do governo é nacionalizar todos os produtos de convergência digital. Todo o trabalho da bancada amazonense foi no sentido de evitar exatamente que além dos tablets, produtos como notebooks e os televisores fossem atingidos. Se a proposta virar realidade, os prejuízos serão incalculáveis”, afirmou o presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), Wilson Périco.

Na opinião do presidente do Sinaees (Sindicato das Indústrias de aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus), Celso Piacentini, a convergência digital é um golpe contra a Zona Franca de Manaus. “Do nosso ponto de vista, a Smart TV ainda é uma TV, assim como a LCD e a de plasma, por isso não concordamos e tememos pelos efeitos no segmento eletroeletrônico”, destacou.

O economista José Alberto Machado explica que a política do governo brasileiro é no sentido de re-direcionar a convergência para fora de Manaus. “É difícil supor que o Governo deixe a produção centralizada na ZFM porque até hoje não conseguimos desenvolver nenhum centro tecnológico para dar o suporte necessário à produção do equipamento”, constatou.

Para ele, o modelo ZFM está desencaixado da política nacional e como o caminho natural é uma transição da categoria de bens de informática para a de bens de convergência digital, os abalos no PIM já poderão ser sentidos a partir do ano que vem caso

nenhuma mudança de curso se realize.

“Temos potencial, mas ficar brigando para manter o modelo do jeito que está é perda de tempo. A ZFM está obsoleta, o modelo do jeito que conhecemos faz parte do passado”, critica.

### Soluções

O deputado federal Francisco Praciano (PT) aponta ainda que por ser um produto estratégico, dificilmente Manaus conseguirá a exclusividade sobre a produção. “A solução é o Amazonas ampliar o leque para segmentos e produtos que estejam fora do guarda-chuva dessa lei – Lei de Informática –, como o polo naval, por exemplo, porque o setor de eletroeletrônico apesar de muito forte deve perder força nos próximos anos”.

### Por dentro

#### Números do setor

- O setor eletroeletrônico gerou faturamento de US\$ 9.896 bilhões até setembro deste ano, representando 32,87% do total faturado no PIM;
- Já os bens de informática responderam por 10,09% do montante, com US\$ 3.038 bilhões.
- Televisores:
  - TV LCD – foram produzidas 7,053 milhões de unidades que geraram faturamento de US\$ 4.455 bilhões;
  - TV de plasma – foram 294,2 mil unidades que renderam US\$ 245,8 milhões;
  - TV em cores – A produção de 2,091 milhões de aparelhos responderam pela geração de US\$ 405.408 milhões.

### Por dentro

#### SMART TV

A “TV conectada” ou “TV Híbrida”, integra a internet com recursos modernos em televisores e set-top boxes. A tecnologia permite que TVs Smart incorporem dispositivos como, Blu-ray players e consoles de videogame e dispositivos de outro companheiro. Os dispositivos por sua vez, possibilitam aos telespectadores buscar e encontrar vídeos, filmes, fotos e outros conteúdos na web, como canal de TV a cabo ou de TV via satélite, ou ainda armazenados em HDD (disco rígido local).

Fonte: <http://www.melhortvcd.com.br>

## LL traz soluções de hardwares e softwares para cidade

Com previsão de inaugurar unidade no primeiro trimestre de 2012, empresa objetiva prestar serviços para as indústrias do PIM

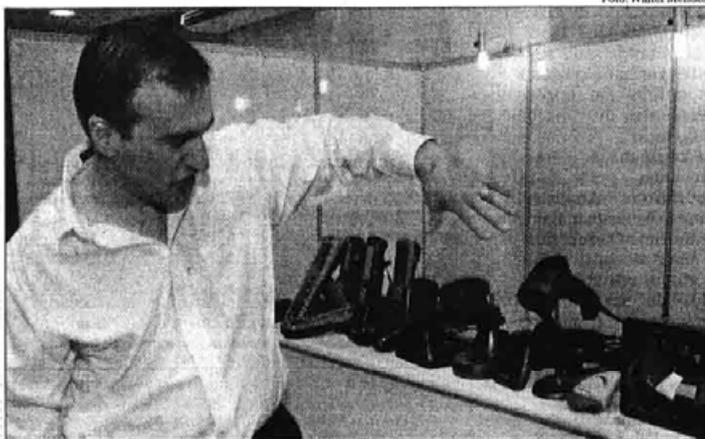


Foto: Walter Mendes

Segundo o diretor da empresa, Cássio Pedrão, filial ajudará no fornecimento de soluções

Por OLÍVIA DE ALMEIDA

Com o intuito de suprir uma carência de softwares customizados e personalizados na região, a LL Business, Provedora & Integradora de Soluções em Códigos de Barras, anunciou na última segunda-feira, 28, em apresentação para empresários locais, a instalação no primeiro trimestre de 2012 de uma filial na Ponta Negra, Zona Oeste de Manaus. "O

maior objetivo da empresa é mostrar aos executivos da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e às empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus) que temos a capacidade de prestar atendimento personalizado para indústrias, do pequeno ao grande porte, laboratórios e hospitais da região", destacou Leonardo Lima, diretor de corporação.

A LL Business, que possui matriz em Belo Horizonte,

oferece o desenvolvimento de softwares customizados e personalizados para o apontamento de produção, controle de expedição (entrada e saída), inventários e emissão de notas fiscais eletrônicas. "Temos a solução completa para os empresários no setor industrial, tanto por parte de equipamento quanto de suprimentos", disse Lima, que conta que a vinda da empresa para a cidade foi influenciada devido a sugestão

de clientes que ela já atende em Manaus. "Acreditamos que isso facilitará inclusive a questão de logística, e certamente, agregar valor e contribuir para o diferencial competitivo deles", comenta.

A empresa atende o mercado corporativo com diversas soluções de identificação, impressão, coleta e captura de dados; atua de ponta a ponta em todas as fases da cadeia produtiva, com agilidade e segurança. E de acordo com Lima, até o meio do próximo ano está prevista também a vinda de uma fábrica da LL Business para Manaus. "E também de assistência técnica autorizada e reposição de peça, isso vai fazer com que a gente consiga fazer o que já fazemos no eixo Rio, São Paulo, Belo Horizonte, que é trazer um atendimento completo", afirmou o diretor.

### Fornecimento de suprimentos

Uma das marcas que fazem parte do portfólio da LL Business, é a Honeywell Scanning & Mobility, considerada uma das principais empresas do Brasil em soluções de identificação e captura automática de dados. "A instalação da LL Business levará atendimento diferenciado e ágil para a

região, no que diz respeito ao fornecimento de soluções completas, de hardware, software e suprimentos", disse o diretor geral da empresa na América do Sul, Cássio Pedrão.

Apesar de grande parte dos produtos da empresa ter maior foco no setor de varejo, Cássio aponta que as soluções podem ser utilizadas em determinados departamentos de uma empresa industrial, entre eles, o depósito. "E os empresários só terão a ganhar, em termos de redução de custos e otimização do trabalho", informou o executivo, que acredita que com isso contribuirá para autonomia das empresas da região.

E uma das marcas que conseguiu se beneficiar com as soluções da empresa foi a Balaroti Materiais de Construção, uma das maiores redes de lojas desse segmento do país, como pioneira no uso do coletor de dados Dolphin 6500 - da Honeywell Scanning & Mobility - para agilizar o trabalho de pré-vendas em mais de 10 lojas de sua rede nos Estados de Santa Catarina e Paraná. E através com a utilização do equipamento conseguiu reduzir em 50% o tempo de atendimento no varejo.

### Dados

A Motorola Solutions anuncia que sete em cada dez empresas da indústria de manufatura da América Latina afirmaram que a incorporação da mobilidade impactou no aumento das vendas, de acordo com os dados fornecidos pelo Barômetro de Mobilidade Empresarial 2011 da Motorola Solutions para a América Latina. Já 83% dos entrevistados relacionaram a mobilidade com o incremento na eficiência e na produtividade dos empregados. Diante do reconhecimento desses benefícios, 77% das empresas aumentaram em 2011 seus investimentos em tecnologias móveis e sem fio em relação a 2010. Particularmente no setor de manufatura, os computadores de mão robustos serão os dispositivos de maior crescimento: as companhias que utilizam esse tipo de dispositivo passarão de 16% em 2011 para 37% no final de 2012.

## Apelo à Dilma

# *Belarmino quer incentivo fiscal para todos os municípios da Região Metropolitana*

A Assembleia Legislativa encaminhará ainda nesta semana à presidente Dilma Rousseff e à bancada federal amazonense no Congresso Nacional moção de apelo de autoria do deputado Belarmino Lins (PMDB), subscrita pelos outros 23 deputados, solicitando a revisão do texto do Projeto de Lei Nº 2.633/2011, com a finalidade de incluir os municípios de Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves na área de abrangência da Região Metropolitana de Manaus, beneficiada pelos incentivos fiscais da Zona Franca.

A inclusão dos cinco municípios na RMM foi confirmada após o Tribunal de Justiça do Amazonas reconhecer, através do parecer favorável do desembargador Flávio Pascarelli

***O Projeto de Lei  
passará por uma  
revisão no texto do  
artigo 1º para incluir  
Autazes, Manaquiri,  
Careiro Castanho,  
Itapiranga e Silves  
na área da Região  
Metropolitana de  
Manaus***

Lopes, a legalidade da Lei Promulgada Nº 64/2009, de autoria do próprio Belarmino e da deputada Vera Castelo Branco (PTB), que modificou o artigo 1º de Lei Complementar Nº 52/2007 que criou a Região Metropolitana formada pelos municípios de Manaus, Iran-

duba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru. A lei Nº 52/2007 fora contestada pelo Ministério Público do Estado por meio de uma Ação de Inconstitucionalidade, questionando a competência da Assembleia Legislativa para ampliar a área de abrangência da Região Metropolitana. A Aleam ingressou com um Embargo de Declaração, acatado pelo Tribunal de Justiça que, através do acórdão publicado no dia 20 de setembro, decidiu pela inclusão dos cinco municípios.

### **Mudança na lei**

Consolidada a composição da Região Metropolitana com os municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Autazes, Careiro Castanho, Silves, Itapiranga e Manaquiri por decisão do Poder Judiciário - diz Belarmino na justificativa a moção aprovada pelos deputados - não é justo a exclusão dos cinco municípios dos benefícios previstos no Projeto de Lei 2.633/2011.

Segundo ele, a manutenção do quadro previsto no projeto em tramitação na Câmara dos Deputados diminui a relevância da decisão tomada pela presidente Dilma Rousseff, que se comprometeu em desenvolver a Região Metropolitana de Manaus com a ampliação dos incentivos fiscais concedidos pela Zona Franca de Manaus. De acordo com a moção feita Assembleia Legislativa à presidente da República e os parlamentares da bancada federal do Amazonas, o a ser constituído de treze municípios.

## CT&I

# Plano será discutido em Fórum

*Evento terá como pauta principal o Plano Regional de CT&I para a Amazônia*

Secretários estaduais de CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação) e presidentes das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa da Região Norte participam hoje, do 3º Fórum Regional Norte do Conselho Nacional de Consecti (Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação) e do Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa).

O evento regional, que antecede o Fórum Nacional do Consecti/Confap 2011 que também será realizado em Manaus nos dias 1º e 2 de dezembro, acontecerá no Auditório Tauató, na sede da Fapeam (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas), a partir das 9h e contará com as presenças dos secretários de Estado e presidentes das FAPs do Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Acre.

O fórum também será prestigiado pelo secretário executivo do MCT&I (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação), Luiz Antonio Rodrigues Elias.

Organizado pela Sect/AM (Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas) e Fapeam, em parceria com o Con-

secti e Confap, o evento terá como pauta principal o Plano Regional de CT&I para a Amazônia, documento que tem por objetivo definir metas e estratégias específicas para esta área a partir das demandas e potencialidades da região.

A necessidade de elaboração do Plano Regional para a Amazônia foi identificada e sugerida durante o último Fórum Regional do Consecti e Confap, que aconteceu em Belém/PA, em 28 de setembro quando foi discutida a aplicação deste na Região Norte.

Em sua terceira edição neste ano, o Fórum Regional confirma seu caráter político, articulando com as bancadas parlamentares e com os governadores, para desencadear ações que fortaleçam a CT&I na Região Norte e, conseqüentemente, contribuam para a melhoria da qualidade de vida na Amazônia, baseada em um desenvolvimento de fato sustentável.

O presidente do Consecti e titular da Sect/AM, Odenildo Sena, ressalta que é preciso uma maior união entre os Estados

do Norte para que haja de fato desenvolvimento. "Há uma dispersão em nossa região. Dessa maneira, não compartilhamos as dificuldades e dispersamos forças e recursos que poderiam ser utilizados. Imagine quantas ações poderíamos realizar para a Amazônia somando competências?", enfatizou destacando ainda a necessidade de reforçar a articulação entre as secretarias de C&T e as FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa), des-centralizando ações para a Região Norte.

## Sim & Não

# Confaz quer mudança na cota do ICMS

**A mudança na alíquota interestadual do ICMS, que perturba a economia do Estado, e que até semana passada era tratada como boato agora é pra valer e já tem até certeza de que a proposta deverá chegar ao Congresso ainda este ano. A informação foi confirmada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, em entrevista à Agência Estado. De acordo com ele, a mudança não será apenas sobre importação, mas válida para todos os produtos.**

**Simulação** Conforme a Agência Estado, o Ministério da Fazenda já fez várias simulações do que pode ocorrer com a mudança da alíquota e constatou que oito Estados saem no prejuízo com a mexida e entre esses Estados está o Amazonas.

**Casal dividido** A votação do primeiro turno da PEC da Música, ontem, na Câmara dos Deputados, revelou que o casal parlamentar Silas Câmara (PSD-AM) e a mulher dele, Antonia Lúcia (PSC-AC), atua dividido na Casa. Enquanto ele defendeu os interesses do Polo Industrial de Manaus, ela votou contra o Amazonas.

### Sobe e Desce



#### **Romário**

DEPUTADO FEDERAL (PSB-RJ)

>> Contrariando orientação de seu partido, anunciou voto contra a PEC da Música.



#### **Hosannah Florêncio**

EX-PRESIDENTE DO TJ-AM

>> Todas as contas de sua gestão como presidente do Judiciário do Estado foram aprovadas.



#### **Cândido Vaccarezza**

DEPUTADO FEDERAL (PT-SP)

>> Foi acusado de ter sido funcionário fantasma da Câmara Municipal de São Paulo.



#### **Wanderley Dallas**

DEPUTADO ESTADUAL (PMDB)

>> Sugeriu discussão sobre legalização do uso da maconha, mas não foi ao evento.

Contra importados

# Setor pede intervenção

Empresários do polo de Duas Rodas vão ao Mdic reclamar medidas de proteção às empresas do PIM

ANTONIO PAULO

antonio.paulo@acntico.com.br

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, José Pimentel, ouviu ontem as reivindicações das entidades e empresários do polo de duas rodas, instalado na Zona Franca de Manaus. Eles foram pedir intervenção do Governo Federal para pôr fim à importação, vinda da Ásia, dos ciclomotores (veículos propulsores de 50 centímetros cúbicos e velocidade máxima de 50 km/hora) que chegam ao Brasil a preço abaixo do que é produzido no mercado nacional. Dados do setor indicam que, em 2010, foram importadas 90.150 unidades contra uma produção nacional de 35.054 motocicletas de até 50 cilindradas em Manaus.

Para estancar a enxurrada de motos asiáticas importadas, o empresariado amazonense está pedindo elevação da alíquota do Imposto de Importação (II) para os veículos com motor de pistão alternativo de cilindrada não superior a 50cm<sup>3</sup>; unificação das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pelo valor máximo de 35%, já solicitados ao Ministério da Fazenda; estabelecimento de valores mínimos de acordo com a categoria de cilindrada da motocicleta e atualização do Código de Trânsito definindo, com clareza, as características do ciclomotor que permita diferenciá-lo de uma motocicleta de 50 cilindradas.

## RISCO

O diretor da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), Paulo Takeuchi, e os dire-

**Frases**

“Isso é nocivo para o Brasil e para a Zona Franca de Manaus.”  
- Vanessa Grazziotin

tores da Moto Honda, Dafra Motos, Yamaha e Kasinski apontaram ao ministro Pimentel os pontos que põem em risco a competitividade do polo de duas rodas: as motocicletas de 50 cilindradas recebem hoje tratamento de ciclomotor; aumento das importações causado, entre outros fatores, pela alíquota de IPI de 15%; utilização da motocicleta de 50cc por jovens não habilitados; a ausência de emplacamento e licenciamento das pequenas motos, assim como as dificuldades de fiscalização.

Os empresários disseram ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que as motos de 50 cilindradas é um veículo com apelo popular, barato e econômico. Enquanto uma moto importada, que entra no Brasil a US\$ 331 e é vendida no mercado nacional a R\$ 2,89 mil à vista ou em 29 parcelas de R\$ 129,99, as fabricadas na ZFM são vendidas a R\$ 3,33 mil. É um mercado predominantemente constituído por veículos importados, por causa do baixo preço de importação aliado ao IPI baixo. Mostraram a incidência dos impostos sobre o ciclomotor: IPI de 15%; II de 20%; PIS

a 1,65%; Cofins de 7,60% e a cobrança de ICMS a 17%.

O diretor-presidente da Dafra Motos, Creso Franco, informou que o ministro disse que algo precisa ser feito e o tema envolve uma articulação governamental mais ampla, incluindo outros Ministérios e que está disposto a atuar para fortalecer o polo de duas rodas de Manaus. “Esse volume de importação demonstra que o País está consumindo, mas gerando emprego no exterior. Isso é nocivo para o Brasil e para a Zona Franca de Manaus”, disse a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que articulou a audiência dos empresários do polo de duas rodas no Mdic.

## Blog

“ Paulo Takeuchi | Diretor da Abraciclo

“Essa situação vem se agravando e está por merecer medidas imediatas, do contrário trará enormes prejuízos às indústrias do PIM dedicadas a produzir ciclomotores. Em novembro de 2010, encaminhamos documento com nossas ponderações sobre este tema aos ministros Guido Mantega e ao ex-ministro da Indústria e Comércio, Miguel Jorge. A condição de tributação relativamente baixa, faz com que os produtos importados, partes e

sejam comercializados a preços menores que o de produtos fabricados no PIM. Essa situação faz com que a indústria, que acreditou no mercado e investiu em instalações industriais, e em programas de nacionalização, veja seus esforços serem neutralizados por uma concorrência desleal e predatória. A equalização das alíquotas do IPI em 35% vai equilibrar a comercialização dos ciclomotores importados em relação aos produtos fabricados no Brasil”.

Manaus, quarta-feira, 30 de novembro de 2011.

## PEC da música

# Aprovada em 1º round

Câmara dos Deputados rejeita apelos feitos pela bancada do Amazonas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 98/2007, que concede imunidade tributária a todos os Estados e municípios brasileiros sobre a produção musical nacional, passando pelo conteúdo, gravação, direito autoral, distribuição e venda do produto final. A medida exclui dos benefícios fiscais apenas a etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser,

que é a fabricação de CDs e DVD, supostamente para proteger o polo fonográfico instalado na ZFM. A ressalva é contestada pelos deputados federais e empresários amazonenses, pois, cada unidade custa apenas R\$ 1,60.

Apadrinhada pelo presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), a PEC obteve 94,05% de votos favoráveis dos 421 deputados presentes na noite de ontem em plenário. O placar esmagador foi de 395 "sim" contra 21 votos "não", além de qua-

tro abstenções. Eram necessários apenas 308 votos favoráveis.

A Mesa Diretora da Câmara vai aguardar o intervalo de cinco sessões (interstício) para que a matéria seja votada em segundo turno. Aprovada, segue para deliberação do Senado.

Cinco dos oito deputados da bancada amazonense tentaram, de todas as formas, atalhos e recursos do regimento para que a PEC da Música não entrasse em votação. Henrique Oliveira (PR-AM) apresentou e defendeu



Marco Maia "forçou" votação da PEC

em vão da tribuna um requerimento pedindo o adiamento da matéria. Depois vieram Carlos Souza (PSD-AM), Silas Câmara (PSD-AM), Rebecca Garcia (PP-AM) e Pauderney Avelino (DEM-AM) para tentar dissuadir um plenário lotado, ávido para "ajudar a música e os artistas brasileiros". Sem sucesso. Apesar de os deputados Praclano (PT-AM) e Sabino Castelo Branco (PTB-AM) não terem se pronunciado no debate, foram computados sete votos "não" do Amazonas porque Átila Lins (PSD-AM) estava ausente. Diante do grande número de votos favoráveis, incluindo todos os líderes dos partidos aliados, como Cândido Vaccarezza (PT/SP) e Paulo Teixeira (PT-SP), houve ainda quem

ficasse do lado da ZFM.

Fora os sete da bancada do Amazonas, 14 deputados de diversos partidos e Estados acompanharam o voto contrário à aprovação da PEC da Música. Da Amazônia Ocidental, região de influência da Suframa, o polo de CD e DVD de Manaus teve o apoio (com votos "não") de Luciano Castro (PR-RR), Carlos Magno (PP-RO), Moreira Mendes (PSD-RO), Gladson Camell (PP-AC), Perpétua Almeida (PCdoB-AC) e Júnior Coimbra (PMDB-TO). A surpresa foi o voto do deputado Romário (PSB-RJ) em favor do Polo Industrial de Manaus, divergindo da bancada do Rio de Janeiro que capitaneou todo o processo de votação e aprovação da PEC da Música.

## Estratégia

### **PT-AM põe ZFM em sua agenda política**

O Partido dos Trabalhadores no Amazonas (PT-AM) optou por colocar em perspectiva a Zona Franca de Manaus, buscando compreender melhor esse modelo de desenvolvimento. Para tanto, realizou na semana passada um seminário interno sobre a ZFM, do qual saiu um documento com mais de vinte propostas que serão estampadas numa revista cuja apresentação ocorrerá no próximo dia 9.

O seminário contou com a participação do doutor em desenvolvimento regional, José Alberto Machado, o qual tem passagem pela Suframa e é um profundo conhecedor dos caminhos e descaminhos da ZFM.

De acordo o presidente regional do PT, João Pedro, a ideia é criar um "fato político" com a divulgação das propostas. No partido será criada uma comissão para acompanhar os assuntos do PIM. "Estamos trabalhando como apresentar as propostas, mas queremos criar um ambiente político. Mostraremos nossa opinião institucional sobre o modelo", disse João Pedro.

No partido, há reivindicações para que a sigla assuma a superintendência da Suframa.

O PT fará uma "Carta Aberta" com as propostas, que será divulgada para a bancada do Estado, para os ministérios, a própria presidente Dilma Rousseff (PT), entidades empresariais, universidades e a Suframa.

Segundo o economista José Ricardo (PT), um dos palestrantes do seminário, a preocupação do partido é em relação ao fortalecimento e preservação do ZFM, que sustenta o Estado através dos empregos e da arrecadação. O partido cobra também a transformação da autarquia numa agência de desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

CAPA

# Sete mil empregos ameaçados no AM

Câmara dos Deputados aprovou, ontem à noite, em primeiro turno, a proposta que concede imunidade tributária a CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros. A chamada "PEC da Música" representa uma ameaça ao Polo Industrial de Manaus (PIM). **Economia B1**

## Ameaça

# Câmara aprova 'PEC da Música'

**ANWAR ASSI**

Equipe EM TEMPO

O "sinal vermelho" está aceso para a indústria de CDs e DVDs do Polo Industrial de Manaus. Isto porque, ontem, por 395 votos a 21 e quatro abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, o texto principal do substitutivo da comissão especial para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/07, do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ).

A chamada "PEC da Música" concede imunidade tributária a CDs e DVDs com obras mu-

sicais de autores brasileiros, medida que pode afetar mais de 7 mil trabalhadores diretos no Polo Industrial de Manaus (PIM). A Câmara ainda rejeitou, por 342 votos a 51 e uma abstenção, um destaque que previa a exclusão da etapa de replicação industrial de CDs e DVDs da imunidade tributária, medida que preservaria a indústria da Zona Franca de Manaus (ZFM). O destaque apresentado pelo PDT recebeu apoio da bancada federal amazonense.

De acordo com o deputado Pauderney Avelino, o segundo turno da votação da "PEC da

## EMPREGOS

# 7

MIL

Medida, aprovada na Câmara, prejudica indústria responsável por milhares de empregos em Manaus

Música" acontecerá após a realização de cinco sessões, para depois ir à apreciação do Senado Federal. Para o pre-

sidente da Força Sindical do Amazonas, Vicente Filizzola, a situação é preocupante. "A aprovação dessa PEC acaba com a indústria fonográfica instalada na cidade", salientou.

A "PEC da Música" foi colocada em tramitação no Congresso para atender a pressão de artistas como Roberto Carlos e Ivete Sangalo, que acreditam que a aprovação desta medida pode combater a pirataria. "Esta PEC não vai resolver o problema da pirataria, pois o que resolve o problema é a fiscalização", frisou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana.

## Setor de duas rodas quer redução nas importações

O segmento de duas rodas do Polo Industrial de Manaus (PIM) conseguiu um importante apoio, ontem, depois que o ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fernando Pimentel, se comprometeu em analisar com atenção as reivindicações apresentadas pelos empresários para manter a competitividade da indústria nacional.

As preocupações do setor, entre o aumento das importações de motocicletas, foram levadas ao conhecimento do ministro, durante uma reunião, realizada na manhã de ontem, em Brasília, intermediada pela senadora Vanessa Grazziotin.

De acordo com a parlamentar, o ministro sinalizou de forma positiva quanto à princi-

### ALÍQUOTA

**A proposta dos empresários do polo de duas rodas de Manaus é que as alíquotas do IPI de 15% e 25% sejam suprimidas e apenas o percentual de 35% seja mantido, para as motocicletas importadas**

pal demanda dos empresários, que é a unificação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), pelo valor máximo de 35%, para ciclomotores, motonetas e motocicletas importadas. A medida visa conter a concorrência desleal gerada pela importação das motos de baixa cilindrada — vendidas a um preço mais baixo e concorrendo com o produto nacional.

Se a demanda dos empresários do polo de duas rodas for atendida, as alíquotas de 15% e 25% seriam suprimidas, passando a vigorar apenas o percentual de 35%, aplicado hoje para a importação de motos de alta cilindrada. "Isso deveria conter a importação de motos e favorecer a indústria nacional", afirmou um empresário do setor que pediu para não se identificar.

## Setor de duas rodas quer redução nas importações (continuação)

# Competitividade do polo em risco

Além da equalização da alíquota do IPI, os empresários, ligados à Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e Similares (Abraciclo), propuseram também a elevação da alíquota do Imposto de Importação (II), o estabelecimento de valores FOB mínimos, de acordo com

a categoria de cilindrada da motocicleta e a atualização do Código de Trânsito definindo, com clareza, as características do ciclomotor que permitem diferenciá-lo de uma motocicleta de 50 cilindradas.

Segundo a Abraciclo, o tratamento das motocicletas de 50 cilindradas como ciclomotor, o aumento das importações

causado pelo porcentual baixo da alíquota de IPI e a utilização da motocicleta de 50 cilindradas por jovens não habilitados são fatores que colocam em risco a competitividade do polo de duas rodas. "Em 2010, por exemplo, foram importados 90.160 ciclomotores, e produzidas por nossa indústria apenas 35.084 unidades. Um

volume de importação 157% superior. Ou seja, o país está consumindo, mas gerando emprego no exterior", destacou Vanessa Grazziotin.

A reunião com ministro Fernando Pimentel é a segunda que a senadora tem em um período de dois meses, em favor do setor de duas rodas. No último mês

de setembro, a parlamentar se encontrou com o ministro que, na ocasião, garantiu que todo e qualquer entrave que estivesse afetando o polo de duas rodas da Zona Franca de Manaus (ZFM), responsável pela geração de quase 20 mil empregos, e que dependa da área de atuação de sua pasta, seria resolvido.

## Políticos e indústrias estão céticos quanto aos investimentos da Foxconn no AM

TEXTO Rosana Villar  
FOTO Divulgação Foxconn

### MANAUS

**A** pesar de o Amazonas estar entre os Estados brasileiros cotados para receber a planta industrial de displays da fabricante taiwanesa Foxconn Moebg, representantes do governo e da indústria mostram-se céticos quanto a sua implantação e os seus reais benefícios.

A empresa, que já produz máquinas fotográficas digitais no Polo Industrial de Manaus (PIM), anunciou no início deste ano o investimento de US\$ 12 bilhões na implantação da nova fábrica, com geração de 150 mil empregos. Em onze meses, no entanto, a projeção de investimentos já caiu para US\$ 4 bilhões. "Manaus é uma das possibilidades, mas até o momento não houve definição. Na verda-

de eles fizeram um barulho danado, mas até agora não se viu nada", afirmou o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

De acordo com informações da assessoria de comunicação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), até o momento, não houve nenhuma consulta formal da empresa para a instalação de uma nova planta.

O único projeto apresentado pela empresa, de diversificação, para a produção de vídeo games, com investimento de US\$ 31 milhões e geração de 214 empregos no prazo de três anos, foi aprovado em outubro deste ano.

Para o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, senador Eduardo Braga (PMDB), existe muita especulação sobre o assunto, mas poucas garantias sobre

### FRASE



**Wilson Périco.**  
Pres. do CIEAM

Na verdade a Foxconn fez um barulho danado, mas até agora não se viu nada"

Sobre as sondagens da Foxconn no Amazonas visando a instalação de uma fábrica de displays.

o projeto. "Toda essa especulação serve para dar espaço para eles negociarem mais benefícios. Se estes investimentos vierem para o Amazonas, em função das políticas públicas que a Zona Franca de Manaus já tem, eles serão muito bem-vindos. Mas creio que esta implantação está sendo superestimada", afirma.

Segundo o senador, o Estado precisa valorizar ofertas reais e manter os investimentos que já existem. "Precisamos valorizar mais as conquistas concretas que já temos, como a recente instalação da Intel, que produzirá softwares de entretenimento, e as linhas de displays que já temos instaladas. A Foxconn é muito bem-vinda, mas com menos especulação e mais realidade".

### A empresa

A Foxconn Moebg é uma

empresa taiwanesa, que monta computadores e aparelhos para empresas como Apple, para a qual produz iPods, iPads e iPhones, placas-mãe para a Intel, componentes para PCs da Dell, celulares da Motorola e vídeo games como o PlayStation 3, da Sony e Wii, da Nintendo.

A companhia é uma das maiores fabricantes de componentes eletrônicos do mundo e está presente em 14 países. No Brasil, possui três fábricas, sendo apenas uma localizada no PIM.

### OS NÚMEROS

## US\$ 31 mi

Esse foi o volume de investimento prometido pela Foxconn para o Amazonas no projeto de produção de vídeo games.

## PEC da Música é aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, a chamada PEC da Música, que concede isenção de impostos para a produção de CDs e DVDs com obras de artistas brasileiros. A matéria ainda precisa passar por votação em segundo turno na Câmara e pelo Senado, também em duas votações. Como o Amazonas já dispõe do benefício, a bancada do Estado resisitu à PEC, que considera uma ameaça à economia local.

## Notificação de Débitos



Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior



O Procurador-Chefe da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe foram conferidas pela Portaria n. 49, de 18/01/2008, e esgotada a tentativa de dar ciência por meio de notificação via Carta Registrada com Aviso de Recebimento, notifica os responsáveis abaixo relacionados do Estado do Amazonas a comparecerem a esta Autarquia no prazo de 10 dias a contar desta publicação, para efetuarem o pagamento dos débitos de sua responsabilidade, originados da tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, não pagos até a presente data e acrescidos de juros e multa, devidamente inscritos na Dívida Ativa.

O procedimento para a quitação de débito deverá ser efetuado junto a Procuradoria Jurídica da Suframa, localizada na Avenida Ministro Mário Andreazza, n. 1424 - Distrito Industrial, Manaus/AM, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou mediante contato (92) 3321-7009 ou nas Unidades Descentralizadas da Suframa.

Caso este débito já se encontre quitado, solicitamos o envio da correspondente comprovação a esta Autarquia.

RESPONSÁVEL	CNPJ	INSCRIÇÃO SUFRAMA
DPC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE CONSUMO LTDA	04.535.357/0001-25	100551017
POLY FLOWER COMERCIAL LTDA	84.657.170/0001-33	100928013

**FERNANDO NUNES DA FROTA**  
Procurador-Chefe

## Notificação de Débitos



Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior



O Procurador-Chefe, em substituição da SUFRAMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, notifica as empresas abaixo relacionadas do **Estado do Amazonas** a comparecerem a esta Autarquia no prazo de 10 dias a contar desta publicação, para efetuar o pagamento dos débitos de sua responsabilidade, originados da prestação de serviços públicos por parte da Autarquia.

Atendendo ao princípio da publicidade, reiteramos que as referidas empresas foram notificadas via postal, não havendo qualquer resposta das mesmas, faz-se necessária a publicação em edital.

O não pagamento do débito ou a não impugnação no prazo indicado, importará na inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei n. 10.522/02, art. 2º, § 4º, com posterior cobrança judicial do valor, com o acréscimo das custas processuais e dos encargos legais, na forma da Lei n. 6.830/80 c/c Lei n. 11.941/09.

O procedimento para a quitação do débito deverá ser efetuado perante a Procuradoria Federal junto à SUFRAMA, localizada na Avenida Ministro Mário Andreazza, 1424 - Distrito Industrial, Manaus/AM, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou mediante contato (92) 3321-7059 ou nas Unidades Descentralizadas da SUFRAMA.

Caso este débito já se encontre quitado, solicitamos o envio do comprovante de pagamento para o endereço acima ou via fax (92) 3321-7260.

RESPONSÁVEL	CNPJ	INSCRIÇÃO SUFRAMA	INSCRIÇÃO DÍVIDA ATIVA
LAERCIO ULIANA FILHO INDÚSTRIA - ME	04.864.900/0001-94	106475010	61/2011
MANAUARA DISTRIBUIDORA ALIMENTÍCIO LTDA	08.823.712/0001-12	108972011	66/2011

FERNANDO NUNES DA FROTA  
Procurador-Chefe